

**EU, TU, ELE E NÓS:
AS DIMENSÕES INVESTIGATIVAS E MEDIADORAS DA AVALIAÇÃO DISCENTE**

Avacir Gomes dos Santos Silva¹

“Deus viu tudo que tinha feito,
e eis que era muito bom” (Gn. 1, 31).

I – A avaliação está em toda parte

Avaliar é uma constante na vida cotidiana de qualquer sujeito simples. Nos supermercados, livrarias, concessionárias, feiras, bancos, cinemas, teatros, lojas, cemitérios, festas, enfim em todas as transações de compra e venda, sejam de mercadorias, prestações de serviços e ou nas relações sociais o ato de avaliar está presente.

As pessoas sentem a necessidade de avaliar e gostam de ser avaliadas. Há todo o momento, em qualquer situação corriqueira os indivíduos expressam juízos de valores, selecionam o que gostam, dão opiniões, fazem opções, julgam por meio do critério subjetivo o certo e o errado, escolhem o bonito e desprezam o feio, condenam o que consideram imoral e aprovam a moral ou vice-versa.

De uma forma ou de outra, todos estão os indivíduos pertencentes à sociedade do espetáculo se encontram numa grande vitrine invisível, onde não somente as mercadorias, mas também os consumidores são simultaneamente avaliados. Esta avaliação dos produtos e serviços ocorre sem muitos percalços, pois ela tem apenas duas funções: descrever e qualificar a realidade (LUCKESI, 2011).

Quando o tema é avaliação nas instituições de ensino as pessoas tendem a agir de forma paradoxal ao o que ocorrer em outros espaços sociais. No cenário educacional, desde a educação infantil, onde reina o equívoco de que o aluno não precisa ser avaliado, até a universidade, nos cursos de graduação e pós-graduação, paira o medo, ou pelo menos um mal estar quando o assunto é avaliação, seja da aprendizagem, seja da prática docente.

Na escola, o lugar sacrossanto do conhecimento, a simples menção à avaliação causa calafrios, arrepios, pesadelos, insônias, febres, mal estar, brigas, arranhões, ansiedades

1 - Profa. Dra. da Universidade Federal de Rondônia, Departamento de Educação e representante efetiva do corpo docente na Comissão Local da CPAV do Campus de Rolim de Moura. avacir.santos@unir.br

desentendimentos entre professores, alunos, pais e a direção escolar e todo o sistema de ensino.

A escola é espaço contagioso e disseminador da síndrome da avaliação. O final dos bimestres, semestres e do ano letivo são os períodos em que a síndrome se manifesta com maior intensidade. Há escola que reserva, exclusivamente, uma semana para a propagação da epidemia avaliativa. No fim do ano, os alunos que menos se deixaram abater são promovidos ao estágio superior.

Qual a função da avaliação neste tétrico contexto? Classificar, promover, diagnosticar, reter, excluir, mediar, controlar, premiar ou castigar? Todas essas funções estão presentes nas práticas avaliativas desenvolvidas no cotidiano escolar. Serão tantas as funções e significações da avaliação, quantas forem às concepções de ensino que dão suporte as essas práticas.

Como defende Hora (1994), a escola não é uma parte da sociedade que se localiza acima do bem e do mau. A escola é o *locus* em que as forças contraditórias se defrontam. O mecanismo que esconde e simultaneamente revela os interesses antagônicos da educação numa sociedade do capital é a avaliação.

O processo de ensino e aprendizagem sustenta-se na tríade: planejamento, execução e avaliação. O planejamento organizado de forma tradicional, através dos componentes básicos (objetivo, conteúdo, metodologia, recursos e avaliação) ou de forma mais inovadora, através de projetos pedagógicos é uma competência, que com maior ou menor eficácia, os professores conseguem desenvolver mais ou menos de forma satisfatória.

Para o segundo sustentáculo do processo não existe um padrão previamente estabelecido, pois a execução do planejamento de ensino está diretamente relacionada à metodologia do docente, neste caso, apesar da metodologia estar ligada a um método e, este a um conjunto de pressupostos teóricos, o momento e o espaço da sala de aula, tornam essa execução um ato subjetivo.

Na hora da avaliação, momento de se relevar à competência para definir, o porquê, o quando, quem e de que forma avaliar, a maioria dos docentes é atacada pela síndrome da avaliação. As leituras equivocadas da chamada “teoria construtivista”, disseminou no imaginário coletivo dos professores a idéia de que a aplicação de provas é algo do tradicionalismo. Além disso, se criou nos espaços escolarizados uma total

confusão entre prova e avaliação. Aquela atividade que acontece com data, hora, conteúdos e local pré-definidos é prova. A avaliação é um processo *a posteriori*, é o agir sobre os resultados das provas.

Como descrita inicialmente, a síndrome avaliativa atacou não somente os professores que atuam nas unidades da educação básica, mas também os professores universitários e os próprios acadêmicos dos cursos de licenciatura. No senso comum, entre os acadêmicos, aquele docente, que ainda se preocupa em estabelecer uma prática sistemática de avaliação é taxado imediatamente de tradicional.

A síndrome da avaliação já se cristalizou de tal forma nos fazeres docentes que aqueles que defendem a avaliação se veem na contramão da história. Em outro extremo as práticas avaliativas reducionistas acabaram por prevalecer na pedagogia de muitos professores. A avaliação virou um verdadeiro faz de contas (SANTOS, 2007).

Para pensarmos a avaliação partimos do pressuposto de que a sistematização do ensino implica uma sistemática avaliativa. Ensino sem avaliação não é ensino. Nas demais redes educativas é possível abrir mão da avaliação sistêmica, mas não nos espaços de ensino, se assim procedermos prestaremos um desserviço à sociedade.

A avaliação nos demais espaços sociais ocorre constantemente e de diferentes formas. Este processo implica em garantir cada vez mais a qualidade dos produtos e serviços. O alcance da qualidade é o mote do mercado². Um empresário não quer apenas o selo do INMETRO ou da ABNT, quer também que o consumidor se convença que o seu produto é melhor que do concorrente. Para isso investe em marketing, propaganda, promoções. Faz pesquisa de preço, diminui o aumenta o preço da mercadoria de acordo com a procura e a demanda.

Um dos princípios da avaliação é o principio da continuidade. A LDB é taxativa, a avaliação é contínua e não esporádica. Avaliar continuamente, como boa parte do professorado acredita não significar aplicar um calhamaço de provas toda semana, mas sim acompanhar e registrar os avanços e sanar as dificuldades do aluno durante e não apenas no final do processo.

2 - Sabemos que o mercado de consumo não está preocupado em oferecer mercadorias de qualidade, cujo um dos critérios seria a sua durabilidade. As mercadorias não são feitas para durar. A preocupação maior do mercado é criar novas necessidades de consumo. A qualidade aqui definida é alcançada pela quantidade. Quanto maior a produção maior a possibilidade de constatar as falhas e de saná-las.

Tanto na educação básica quanto na superior a avaliação é uma prática esporádica, quanto menos se faz, melhor para todos. As leituras fragmentadas, desarticuladas e equivocadas das teorias avaliativas provocam todo o tipo de desentendimento manifesto na fala dos acadêmicos, a principal delas é: “o professor que avalia é tradicional”.

Ninguém aprende a andar de bicicleta ou a dirigir um carro ouvindo uma prelação infundável sobre as funções, as modalidades e os tipos de carro ou bicicletas. O processo formativo nos cursos de graduação deve valorizar o exercício da avaliação. O discente precisa ser avaliado, mas também necessita avaliar. A avaliação não é uma via de mão única, quem avalia deve também estar disposto a ser avaliado.

Essas discrepâncias presentes em nossa forma de pensar e praticar a avaliação resultam na ideia de que avaliar é algo menor no processo da formação acadêmica e ou profissional. A avaliação é: prática = reflexão = prática. Como defende Freire: “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo” (1997; p. 24).

O acadêmico, que durante todo o curso da graduação, só ouviu falar de avaliação, mas nunca avaliou ou não é avaliado com critérios precisos e objetivos, não terá a segurança, a competência técnica e o equilíbrio emocional para avaliar quando for convocado para tal.

Pensar a avaliação a partir da tríade proposta por Freire (1997) é pensá-la para além da ideia de classificar ou reter o aluno. O profissional da educação que acredita que avaliação serve unicamente para verificar a aprendizagem necessita rever seus conceitos. Avaliação da aprendizagem é também avaliação da prática docente; avaliação da qualidade de serviço prestada pela instituição e, acima de tudo, é indicador valiosíssimo de que os resultados do fazer pedagógico são balizadores fidedignos da prática educativa.

Hoffmann (2003) convida o docente a fazer o resgate do cotidiano escolar e a partir deste referencial estabelecer o ressignificado da avaliação. O paradigma que a autora apresenta é o da avaliação como mediadora do processo de ensino e aprendizagem e o conhecimento. Mediadora entre a relação que se estabelece entre professor e os alunos.

Não é possível a existência de uma avaliação mediadora quando apenas os discentes são avaliados. E o pior ainda, quando os resultados dessa avaliação passam a ser empregados como forma de taxá-los como aptos e não aptos. E como o aluno pode avaliar o docente para que este ato também seja o mediador entre o conhecimento e a prática pedagógica professoral?

Nas raríssimas vezes quando os discentes são convocados a avaliar o docente a avaliação passa a ser encarada como um ajuste de contas. Se o primeiro percebe que avaliação é concebida como menos importante pelo segundo, de que forma ele poderá dispensar maior significação no ato de avaliar o docente?

A avaliação do ato educativo não pode ser reduzida a notas ou a um “toma lá dá cá”, entre discentes e acadêmicos. Defendemos de acordo com Luckesi (2011), que a prática avaliativa deve ser desenvolvida com vistas a: descrever, qualificar e intervir na realidade, se necessário. Sem intervenção, sem a tomada de decisões há apenas verificação. A avaliação exige eminentemente uma ação. Como a figura do oroboro³ a avaliação completa o ato educativo.

II- O que pensam os acadêmicos quando falam sobre a avaliação docente

Apesar de estar em toda a parte, nas mais variadas situações do cotidiano, o ato de avaliar ainda carrega certo ranço, quando se trata de situações do processo educativo. Bem ou mal, de forma adequada ou não, com critérios avaliativos precisos ou não os docentes acabam por avaliar os alunos sem muitas vezes compreender de fato suas reais consequências. Mas quando o assunto é o discente avaliar o docente o cenário se modifica.

Na Universidade Federal de Rondônia (Unir), de forma aleatória, os discentes são “convidados” ou “escolhidos” a avaliarem seus respectivos professores. Esta

3- A Ouroboros ou Oroboro é uma criatura mitológica em forma de serpente, minhoca, cobra ou dragão que engole a própria cauda formado um círculo e, por isso, simboliza o ciclo da vida, a eternidade, a mudança, o tempo, a evolução, a fecundação, o nascimento, a morte, a ressurreição, a criação, a destruição, a renovação. Além disso, muitas vezes, Ouroboros está associado à criação do Universo. In: <<http://www.dicionariodesimbolos.com.br/ouroboros/>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

avaliação compõe, entre outros quatro critérios, a legislação que regulamenta do estágio probatório professoral dessa IES (Resolução 065/CONSAD/08).

Apesar de ter seu amparo legal existe um fosso que separa a prática de avaliação do aluno realizada pelo professor, e deste realizada pelo aluno. No primeiro caso: o professor avalia todos os alunos da turma; o professor aplica (ou, pelo menos, deveria aplicar) mais que um instrumental avaliativo, para poder definir a média semestral do aluno; o discente que obtiver a média inferior a 60 (sessenta) vai direto para a reposita; não obtendo a média 60 (sessenta) nesta nova avaliação o aluno é reprovado na disciplina (Resolução 251/CONSEPE/97). Em outro semestre, o aluno deverá se matricular na disciplina que foi reprovado, sendo esta oferecida pelo mesmo ou por outro docente.

Em que condições os discentes avaliam seus professores? Não são todos os alunos que avaliam todos os professores. Numa turma apenas o total de 5 ou 10% dos alunos avaliam um professor⁴. Assim sendo, está avaliação é feita “as pressas”, pois o professor não interrompe suas atividades para que apenas um pequeno grupo de aluno o avalie ou avalie outro colega de trabalho. Quando o professor avalia o aluno, geralmente, ele designa para esta atividade um dia letivo, em muitos casos, de acordo com a distribuição do horário dos cursos de graduação, um dia letivo corresponde ao tempo de 02 ou 04 horas.

Os alunos são avaliados durante o semestre por instrumentos elaborados pelos docentes de acordo com o conteúdo ministrado. O instrumental avaliativo do professor é aplicado de forma pontual, num único momento, é uma avaliação final. O aluno é avaliado diretamente pelo professor, a avaliação deste é realizada por uma comissão, da qual o professor não faz parte e tão pouco pode opinar sobre a forma como pensaria que melhor seria avaliado.

Os alunos são avaliados com uma significativa diversidade de instrumentos, destinados a produção acadêmica: relatórios, resenhas, resumos, artigos, provas,

4 - Como a legislação citada, que regulamenta o estágio probatório não define o quantitativo de alunos que deverão avaliar cada professor, o Curso de Pedagogia, Campus de Rolim de Moura, por exemplo, tem aplicado a prática da avaliação por amostragem, a qual gira em torno dos 5 ou 10% de alunos de cada turma. No mesmo campus, no Curso de História todos os alunos realizam a avaliação discente. Em suma, não há consenso quanto ao procedimento da avaliação docente.

exposições orais, portfólios, TCCs e outros. O professor é avaliado pelo aluno por um único instrumental avaliativo, em vigor desde 2008, o qual consta de 19 itens, com nota de 01 a 10 para cada quesito (Ver anexo III da Resolução 065/CONSAD/08). O aluno é reprovado caso não alcance a média legalmente estipulada. No caso docente, não existe nenhum aspecto legal que determine a “reprovação” do professor caso não atinja a nota mínima na avaliação discente.

Se avaliação do desempenho acadêmico é realizada por muitos professores em função da imposição legal, qual o elemento motivador dos alunos para avaliarem seus professores ao perceber que, entre esses dois modelos de avaliação existem “dois pesos e duas medidas”?

Na tentativa de abrir espaços para que os acadêmicos da Unir pudessem retratar suas percepções e experiências sobre o modelo existente de avaliação dos professores a CPAV Executiva os convidou para participarem de uma oficina a respeito da temática em voga⁵. Por meio deste contato direto com os alunos, eles puderam expressar suas falas, depoimentos e testemunhos sobre as experiências vividas quanto à avaliação discente.

Após a oficina passamos a analisar as contribuições e agrupamo-las em três dimensões a partir das falas dos alunos: i) Como percebemos a avaliação; ii) O que entendemos de avaliação;; e, iii) Nossas expectativas quanto a avaliação. Numa referencia ao pensamento de Lefebvre (1974), temos: como os espaços avaliativos são percebidos, concebidos e vividos pelos acadêmicos.

2.1- A avaliação discente como espaço percebido

A avaliação como espaço percebido se refere às impressões que são sentidas pelos discentes a partir de suas experiências primeiras na vida cotidiana. A primeira sensação apontada é o medo. *O aluno tem medo de avaliar e ser identificado pelo*

5 - Esta atividade foi realizada pela Comissão Executiva da CPAV no Campus de Porto Velho no dia 09 de julho de 2015. Apesar da greve na Universidade a participação dos alunos foi significativa. Estiveram na reunião representantes dos seguintes cursos: Engenharia Elétrica, Ciências Sociais, História, Física, Economia, Biologia, Medicina, Arqueologia, Psicologia, Teatro e Biblioteconomia.

*professor*⁶. A avaliação, que deveria ser concebida como um instrumento da reflexão pedagógica se transforma em uma “arma” contra o próprio aluno.

O segundo aspecto apontado na dimensão perceptiva é o desinteresse dos alunos em participar da avaliação do docente. *Os alunos ignoram a avaliação dos professores, pois não sabem para que essa serve e também não ficam sabendo o resultado, não há devolutiva da avaliação.* As questões ficam sem resposta é: Para que serve a avaliação? Quais seus resultados? Quais mudanças seus resultados provocaram na prática docente?

O desconhecimento dessas questões gera desinteresse por parte dos alunos, pois em suma eles são apenas chamados para preencher um formulário, que poderá ter apenas a função de puni-los, caso o professor não aceite a nota expressa pelo grupo de discente que o avaliou.

O terceiro elemento apontado pelos discentes é o caráter excludente da avaliação, pois esta resulta apenas em *retrocessos, cobrança, verificação e medidas de resultados de forma incipiente.* Assim, é vista apenas como elemento de controle da prática docente por meio da avaliação realizada pelos alunos. Desta forma, a avaliação perde a função de *feedback do ensino, pois deixa* de fornecer dados ao professor para replanejar e melhorar a prática docente (HAYDT, 1994).

O medo, o desinteresse e a função excludente estão intrinsecamente relacionados na avaliação docente. Assim sendo, as notas apontadas pelos alunos não são representativas da avaliação que o discente faz da prática pedagógica do professor, seja este resultado satisfatório ou não na visão do professor.

2.2 - A avaliação discente como espaço concebido

O espaço concebido se refere aos conceitos de avaliação que foram apreendidos pelos discentes por meio do referencial teórico, seja de leituras, participações em eventos ou pela interface do discurso pedagógico. Desta feita, além do conhecimento empírico os alunos também são portadores de conhecimentos teóricos sobre o ato de avaliar.

6- O itálico será utilizado neste escrito para identificar as falas expressas diretamente pelos discentes durante a oficina.

O primeiro aspecto nessa dimensão avaliativa é o seu caráter dialógico. Mas, neste item a fala dos discentes extrapolam a pessoa do docente e alcança a própria instituição. A avaliação desta feita criaria uma ponte entre eles, o curso e a IES. *A avaliação permite expor minhas ideias a respeito do curso; é a oportunidade para discussão de fatores pertinente aos cursos de graduação, ao desempenho e a atual situação da universidade.*

As falas dos alunos apontam para um elemento até então não percebido, ou percebido, mas não considerado. O trabalho na sala de aula do professor deve funcionar também como indicador ou categoria de análise da qualidade dos serviços prestados pela universidade. Como afirma Haydt, a avaliação pode servir como meio de controle de qualidade, para assegurar que cada novo de ensino período alcance resultados tão bons ou melhores que os anteriores (1994).

A avaliação como elemento de intersecção entre aluno, curso e a instituição nos remete a outro indicador apresentado no discurso discente: *A avaliação é o ponto chave para evolução da instituição.* A avaliação é concebida como meio e não como fim em si mesma. Nesta perspectiva, como nos ensina Soares (1986), a avaliação educacional pode ser utilizada para aumentar e/ou viabilizar o aproveitamento de oportunidades educacionais e sociais.

A avaliação deve ser concebida como espaço mediador entre os acadêmicos, docentes e o projeto político de formação da universidade. Como afirma Luckesi: “ o ato de avaliar tem por função lembrar o gestor que necessita ser mais cuidadoso do que já tem feito em seu agir, se efetivamente deseja atingir os resultados almejados” (2011, p. 148).

2. 3- A avaliação discente como espaço vivido

A avaliação discente se completa numa terceira dimensão: a do espaço vivido. De acordo com as concepções lefebvrianas a ideia do vivido compreende as relações de plenitude humana e a consciência de pertença do sujeito quanto ao espaço que o circunda. Assim, a universidade pode ser percebida pelo acadêmico apenas como um local onde passará o período da graduação, ou concebida na sua especificidade de espaço disciplinar (FOUCAULT, 1999), ou ser mais que isso, um espaço de vivências, de encontro de pessoas, do eu com o outro.

Com base no pressuposto da avaliação como possibilidades de vivências os discentes apontaram em suas falas dois elementos: i) avaliação como garantia do direito a voz; e, ii) avaliação como possibilidades de mudanças.

A avaliação funcionaria como elemento de garantia do direito a voz. Esse desejo é manifesto na fala dos discentes: *Que os alunos possam ter direito a voz e que sejam, realmente, ouvidos.* Em que outro espaço e tempo, na estrutura burocrática e hierárquica da IES os discentes são chamados para opinarem sobre os problemas da turma e do curso ou a decidir sobre os rumos da universidade?

Para sanar estes espaços-ausentes os alunos indicam algumas possibilidades: precisamos entender o porquê da avaliação e o modelo de educação que está sendo reproduzido; e, *o resultado da avaliação deve ser discutido.* Para aplicabilidade destas questões os discentes propõem: a indicação de *uma pessoa em cada turma para ouvir os alunos sobre professores, método de ensino, entre outros.*

Assim, a avaliação se configura como um elemento de democratização das relações humanas. Quando foge essa consciência a avaliação desemboca para um espaço perigoso, o momento de acertos de contas do discente contra o docente.

Por outro lado, a avaliação vivida pelos acadêmicos indica outro direcionamento do direito a voz: *a oportunidade de voz ativa, quanto a assuntos relacionados à universidade. Que possamos elencar as dificuldades que temos nesta universidade.*

Desta feita, a avaliação alcançaria a dimensão pessoal ao avaliar o docente, mas também por meio da reflexão do fazer pedagógico analisaria o alcance do projeto de formação acadêmica defendido pela instituição. Como bem defini Luckesi: “a avaliação tem sua base numa cosmovisão dinâmica, construtiva, segundo a qual melhores resultados podem ser obtidos se houver propósito de obtê-los e investimento para isso” (2011. P. 68).

Por fim, no espaço representativo da avaliação, e com base nos demais elementos apresentados, essa se caracteriza como: *condição de melhorias para os alunos, os cursos, a instituição e para o próprio futuro.* A avaliação cumpriria sua função qualitativa, além de diagnosticar realidades seria capaz de atuar sobre essas e modificá-las. Como defende Luckesi: “sem o ato de decidir sobre uma intervenção (ou não), o ato de avaliar na modalidade de acompanhamento, não se completa” (2011, p. 291).

III- As vivências avaliativas discentes que almejamos

Frente as falas dos discentes quanto o atual sistema de avaliação do corpo docente precisamos repensar e propor um novo modelo de avaliação que seja capaz de dialogar com os anseios e a demandas apontadas. Neste sentido, acreditamos que a Comissão Própria de Avaliação (CPAv) tenha condições de estabelecer uma relação dialógica entre a universidade, os discentes e docentes, pois define em seu projeto como princípio,

Tratar-se-á a avaliação institucional da UNIR como um espaço OPORTUNO para repensá-la inteiramente, partindo-se sempre dos anseios de seus próprios atores. A avaliação na UNIR buscará sempre respeitar a participação e incluir em todos os momentos do trabalho os anseios e preocupações que se apresentem, de maneira a assegurar que os resultados sejam significativos em primeiro lugar à própria universidade e seus participantes (2015, p.12).

Com base nos pressupostos teóricos elencados, nas concepções de avaliação enquanto espaços: percebidos, concebidos e vividos apresentados por meio das falas dos discentes e nos princípios avaliativos apresentados no projeto da CPAv, propomos um modelo de avaliação discente concebido por elementos *mediadores* entre o fazer pedagógico, o docente e discente e entre a instituição. Entendemos os mediadores a partir das contribuições luckesianas,

Os mediadores são os recursos necessários para que consigamos levar nossa concepção teórica à prática cotidiana [...], eles subsidiam a obtenção dos resultados desejados. [...] O termo mediador significa aquilo que serve de meio para chegar a algum resultado. Marx lembra-nos que nenhuma teoria vai à prática sem, antes, passar por múltiplas mediações (LUCKESI, 2011; p.59-60).

A avaliação que os alunos realizam da prática docente acadêmica deve se materializar-se como meio, e não como fim. Um instrumental avaliativo, composto de 19 itens indicados de forma desconexos, por meio dos quais é atribuída uma nota de 01 a 10, não representa a dimensão real da ação docente em sala de aula e tampouco corresponde, na atualidade, às expectativas nem dos alunos e nem tão pouco dos docentes da universidade.

Destarte, em obediência aos seis princípios: utilidade, representativo, abrangente, legítimo, participativo e confiável defendidos pela CPAV, propomos um instrumental avaliativo discente construído pelos seguintes mediadores: i) teoria-prática; ii) conteúdos; iii) didática; iv) acadêmico/turma; v) postura profissional; e, vi) avaliação. O grau de satisfação de cada um dos itens que compõem estes mediadores será indicado pelos conceitos: não satisfatório (n/s), satisfatório (s) e excelente (e).

Um instrumental avaliativo construído a partir desses 6 mediadores contempla o fazer pedagógico docente nas suas dimensões: planejamento, execução e avaliação. Tendo em mãos os resultados da avaliação, tanto alunos, como docentes e coordenação do curso poderão visualizar os mediadores nos quais deverão atuar de forma mais precisa e outros que o docente já tenha alcançados o grau de excelência.

Com esta proposta da avaliação discente mediadora esperamos superar os ranços do atual sistema avaliativo, para que o ato de avaliar se torne uma ação prazerosa, pois seus indicadores nortearão políticas de investimentos, que atenderão os meus, os teus, os deles e os nossos desejos de pertencimento a universidade, a ponto de olharmos nossa universidade e poder dizer: “eis que tudo é muito bom”.

IV- Palavras para reinício de outras tantas narrativas avaliativas

Defendemos que pensar a avaliação requer, antes de tudo, pensar o modelo de sociedade e de sujeito que se quer construir e formar. Avaliação no contexto institucional exige tomada de decisão, a qual será definida a partir da opção política, corroborada através do seu projeto político pedagógico.

Não é com a transmissão de novas técnicas de avaliação nos cursos de formação inicial ou continuada que a problemática em foco será superada. Pensar a avaliação é pensar não apenas a consequência, mas também a gênese do problema. A sociedade, a universidade e o modelo de avaliação, atuais, se interligam e sustentam muito bem. Mudar as lógicas excludentes presentes nesses espaços formativos implica construir uma sociedade, uma universidade e modelo de avaliação inclusiva.

Defender a implantação de mecanismos mais dialógicos, menos hierarquizados e democráticos é estabelecer um processo de avaliação como mediação e não como classificação, retenção ou exclusão. A exclusão de qualquer espécie obedece à lógica de mercado. Acreditar e se comprometer com mecanismos sociais inclusivos nas

instâncias universitárias é caminhar na contra mão da história. Eis o nosso desafio e da nossa universidade nestes tempos de provações.

V- Referências bibliográficas

- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394/96. Brasília, MEC, 1996.
- FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir: história das violências nas prisões**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia; saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Resolução Nº 065/CONSAD/2008**.
- FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Resolução Nº 0251/CONSEPE**, de 27 de novembro de 2008.
- FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Projeto de Avaliação Institucional interna: Ciclo Avaliativo 2015 – 2018**. CPAv/UNIR, 2015.
- HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1994.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora**. 16ª ed., Petrópolis: Vozes, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Paris: Anthropos, 1974.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.
- SANTOS, Avacir Gomes dos. Professora, por que esta prova tão grande? É pra te testar melhor. In: SANTOS, Nilson (org.) **Alinhavos em ciências humanas**. Porto Velho: EDUFRO, 2007.
- SOARES, Magda Becker. Avaliação educacional e clientela escolar. PATTO, M.H.S. (org.). **Introdução à psicologia escolar**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1986.